

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação das atividades do Senado Federal

Ano IV - Nº 625 - Brasília, segunda-feira, 26 de janeiro de 1998



Marina quer medidas adequadas, com a participação da sociedade



Edison Lobão: cada incêndio é uma tragédia para o ecossistema

Marina e Lobão fazem apelo em favor da Amazônia

"Precisamos fazer barreira contra a devastação criminosas que liquida um patrimônio inestimável que são as florestas brasileiras." O apelo foi feito sexta-feira pelo senador Edison Lobão, alertando para a presença de madeiras estrangeiras na região. A senadora Marina Silva informou que vai ao Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais acompanhar a divulgação dos dados relativos à devastação da Amazônia nos últimos três anos. **Página 5**

Discussão da reforma administrativa abre semana de muitas atividades

Plenário analisa quatro projetos de lei e duas emendas constitucionais. Comissões também terão muito trabalho, como a reunião conjunta para discutir a Lei Pelé



O plenário vai discutir também o projeto sobre sigilo bancário

Quatro projetos de lei e duas emendas constitucionais deverão ser examinados pelo plenário do Senado nesta semana, que será de muito trabalho. Hoje será o primeiro dia de discussão da reforma administrativa - que ficará em debate por cinco dias, quando poderá receber emendas, as quais serão re-latadas ao final pelo senador Romero Jucá. A chamada Lei Pelé deverá ser examinada quarta-feira, a partir das 10h, em reunião conjunta das comissões de Justiça, de Assuntos Sociais e de Educação. **Páginas 2 e 3**

Comissões se reúnem para debater Lei Pelé

O projeto de lei que institui normas gerais sobre o esporte, a chamada Lei Pelé, deverá ser examinado nesta quarta-feira, a partir das 10h, em reunião conjunta das comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), de Assuntos Sociais (CAS) e de Educação (CE), conforme convocação feita pela CCJ.

O requerimento de análise da matéria pelas três comissões, aprovado na CCJ dia 21, é de autoria do senador Leomar Quintanilha (PPB-TO), relator do projeto nessa comissão.

A proposição prevê, entre outras coisas, o fim da lei do passe e revê a questão trabalhista do jogador de futebol e o jogo do bicho. O projeto estipula, ainda, as normas gerais

para a prática desportiva profissional, especificando, inclusive, a competência do Comitê Olímpico Brasileiro.

A Lei Pelé, com 97 artigos, relaciona também as penas disciplinares para transgressões ocorridas nas competições desportivas, que vão da simples advertência à suspensão ou exclusão do atleta do campeonato ou torneio.



Quintanilha propôs a discussão conjunta nas comissões

Agenda do Dia

PRESIDENTE

Senador Antonio Carlos Magalhães

15h30 - Presidência Sessão Deliberativa Ordinária do Senado

PLENÁRIO

14h30 - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado

Pauta: Primeiro dia de discussão em primeiro turno da "PEC nº 41/97, que modifica o regime e dispõe sobre princípios e normas da administração pública, servidores e agentes políticos, controle de despesas e finanças públicas e custeio de atividades a cargo do Distrito Federal (reforma administrativa)

PREVISÃO DE TRABALHOS

PLENÁRIO

Terça-feira (27.01.98)

14h30 - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado

Pauta: Discussão em turno único do "PLC nº 100/96, que dispõe sobre o serviço voluntário; terceiro e último dia de discussão em segundo turno da "PEC nº 39/97, que dispõe sobre o regime constitucional dos militares; segundo dia de discussão em primeiro turno da "PEC nº 41/97, que modifica o regime e dispõe sobre princípios e normas da administração pública, servidores e agentes políticos, controle de despesas e finanças públicas e custeio de atividades a cargo do Distrito Federal (reforma administrativa); e discussão em turno único do "Projeto de Resolução nº 173/97, autoriza o Brasil a contratar operação de crédito externo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, no valor equivalente a até US\$ 300 milhões, de principal, destinando-se os recursos ao financiamento parcial do Programa de Restauração e Descentralização de Rodovias Federais

Quarta-feira (28.01.98)

14h30 - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado

Pauta: "PLS nº 219/95 - Complementar (tramita em conjunto com os PLSs nºs 7/95 e 53/97), que dispõe sobre o sigilo das operações de instituições financeiras; "PLS nº 7/95 - Complementar (tramita em conjunto com os PLSs nºs 219/95 e 53/97), que dispõe sobre a obrigatoriedade de prestação de informações à Secretaria da Receita Federal, por parte das instituições financeiras, sociedades corretoras e assemelhadas que especifica; "PLS nº 53/97 (tramita em conjunto com os PLSs nºs 219/95 e 7/95), que altera o art. 38 da Lei nº 4.595/64 e os arts. 18, 23 e 24 da Lei nº 7.492/86; "Substitutivo da Câmara ao PLS nº 101/96 - Complementar, que autoriza o Poder Executivo a criar a Região Administrativa Metropolitana do Distrito Federal e Entorno e a instituir o Fundo Complementar de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno; e terceiro dia de discussão em primeiro turno da "PEC nº 41/97, que modifica o regime e dispõe sobre princípios e normas da administração pública, servidores e agentes políticos, controle de despesas e finanças públicas e custeio de atividades a cargo do Distrito Federal (reforma administrativa)

Quinta-feira (29.01.98)

14h30 - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado

Pauta: Quarto dia de discussão em primeiro turno da "PEC nº 41/97, que modifica o regime e dispõe sobre princípios e normas da administração pública, servidores e agentes políticos, controle de despesas e finanças públicas e custeio de atividades a cargo do Distrito Federal (reforma administrativa)

Sexta-feira (30.01.98)

9h - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado

Pauta: Quinto e último dia de discussão em primeiro turno da "PEC nº 41/97, que modifica o regime e dispõe sobre princípios e normas da administração pública, servidores e agentes políticos, controle de despesas e finanças públicas e custeio de atividades a cargo do Distrito Federal (reforma administrativa)

COMISSÕES

Terça-feira (27.01.98)

10h - Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: "Mensagem nº 220/97 (não terminativo), solicitação do governo federal para contratar operação de crédito externo, com garantia da União, junto ao BID no valor de US\$ 57 milhões, destinada ao financiamento parcial do Programa de Modernização do Poder Executivo Federal; "Ofício nº 9/98 (não terminativo), solicitação do governo do estado do Pará para contratar operação de crédito junto à CEF, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados, no valor de R\$ 24,2 milhões, destinada à aquisição de débitos daquele estado; "Mensagem nº 221/97 (não terminativo), solicitação do governo federal para contratar operação de crédito externo no valor de US\$ 155 milhões, junto ao Bird, destinada ao financiamento parcial do Projeto de Suporte à Reforma do Setor de Ciência e Tecnologia. Sala 19 - Ala Senador Alexandre Costa

11h - Comissão de Educação

Pauta: "PLC nº 50/97, que institui o serviço de radiodifusão comunitária. Sala 15 - Ala Senador Alexandre Costa

17h30 - Comissão de Relações Exteriores

Pauta: "Mensagem nº 80/97, o presidente da República submete à apreciação do Senado Federal o nome do senhor Mário Augusto Santos para exercer a função de embaixador do Brasil junto à República da Ucrânia; e "Mensagem nº 81/97, o presidente da República submete à apreciação do Senado Federal o nome do senhor Carlos Alberto Pessoa Pardellas para exercer a função de embaixador do Brasil junto à República da Bulgária. Sala 07 - Ala Senador Alexandre Costa

Quarta-feira (28.01.98)

10h - Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: Apreciação do "PLC nº 31/97, que revoga o parágrafo único do art. 442 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/43. Sala 09 - Ala Senador Alexandre Costa

10h - Reunião Conjunta das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, de Assuntos Sociais e de Educação

Pauta: "PLC nº 78/97, que institui normas gerais sobre esporte (Lei Pelé). Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa

Quatro curtas na programação de cinema

Os curtas-metragens *A Velha a Fiar*, de Humberto Mauro, *Aruanda*, de Lindorarte Noronha, *Ecologia*, de Leon Hirzman, e *Meow*, de Marcos Magalhães, serão exibidos nesta quarta-feira, às 12h, no Auditório Petrólio Portella.

As exibições fazem parte do projeto Cultura ao Meio-Dia, da Coordenação de Relações Públicas do Senado, que apresenta um novo filme nacional toda semana. A entrada é franca e aberta aos servidores e à comunidade em geral.

Campos faz apelo em favor de projeto

O senador Júlio Campos (PFL-MT) pediu a rápida apreciação pela Câmara dos Deputados de projeto de lei de sua autoria que modifica a legislação vigente referente às áreas de preservação permanentes situadas ao redor de represas hidrelétricas. Ele afirmou que a matéria viabilizará "o aprimoramento da legislação que preciona uma política ambiental moderna para o país".

De acordo com o senador, a lei atual abrange "apenas generi-

camente" os casos de lagoas, lagos e reservatórios de águas naturais ou artificiais, no que se relaciona à largura das faixas de preservação permanentes situadas ao longo de rios ou de qualquer curso d'água. Ele também não concorda com a definição de reservas ecológicas como sendo florestas e demais formas de vegetação natural presentes em volta de hidrelétricas, devendo ter uma faixa marginal com largura mínima de 100 metros.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães

1º Vice-Presidente: Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Júnia Marise

1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima

2º Secretário: Carlos Patrocínio

3º Secretário: Flaviano Melo

4º Secretário: Lucídio Portella

Suplentes de Secretário: Emília Fernandes - Lúcio Coelho

Joel de Holanda - Marluze Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Divulgação e Integração - Heivaldo Rios

Diretor do Jornal do Senado - Flávio de Mattos

Diretor da Agência Senado - José do Carmo Andrade

www.senado.gov.br



Jucá: relator da reforma



Alcântara: quebra do sigilo



Jefferson: autor do substitutivo

A reforma administrativa começa a ser discutida hoje e será votada, em primeiro turno, dia 11 de fevereiro

Plenário terá semana de muito trabalho

O plenário do Senado terá muito trabalho nesta semana, quando serão discutidos quatro projetos de lei e duas emendas constitucionais, a maioria sendo votada no decorrer da semana. Hoje será o primeiro dia de discussão da reforma administrativa em plenário, depois de haver passado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A emenda ficará em debate por cinco dias, quando poderá receber emendas, as quais serão relatadas ao final pelo senador Romero Jucá (PFL-RR). A votação acontecerá no dia 11 de fevereiro, em primeiro turno.

A reforma administrativa, apontada pelo Executivo como um dos mais importantes projetos em votação durante a convocação extraordinária do Congresso no recesso parlamentar, mexe substancialmente no serviço público e permitirá aos governos federal, estaduais e municipais adotarem medidas de redução de gastos com pessoal. Entre outras coisas, a proposta acabará com a estabilidade de servidores, em algumas situações, e limitará a R\$ 12.720,00 os salários e aposentadorias no serviço público.

Outro projeto importante que o plenário discutirá e votará nesta semana amplia as situações em que pode haver quebra de sigilo bancário,

quando houver indícios de fraudes e enriquecimento ilícito. Será discutido, podendo ser votado nesta quarta-feira, projeto do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), com substitutivo do senador Jefferson Péres (PSDB-AM), que pretende estender às assembleias legislativas, câmaras de vereadores e tribunais de contas a possibilidade de pedir quebra de sigilo bancário de pessoas, empresas e instituições públicas investigadas.

Atualmente, a quebra de sigilo só pode ser solicitada pelo Congresso Nacional e pelo Banco Central. A proposta

Entre os projetos de lei e as propostas de emenda constitucional na pauta da semana do plenário, destaca-se o relativo à quebra do sigilo bancário

quer ainda possibilitar à Receita Federal pedir às instituições financeiras que informem os nomes de todos os correntistas ou aplicadores que fizerem movimentos acima de determinados valores (os quais serão fixados pela própria Receita). O projeto autoriza ainda a Comissão de Valores Mobiliários a solicitar dados sigilosos aos bancos.

Amanhã, o plenário fará a última votação da emenda constitucional que estabelece regime especial para os servidores militares (autorizando inclu-

sive que seus aumentos de salários sejam diferenciados dos reajustes dos civis). Se aprovada, a emenda será promulgada imediatamente pelas Mesas do Senado e da Câmara. A emenda tem parecer favorável do senador Romeu Tuma (PFL-SP).

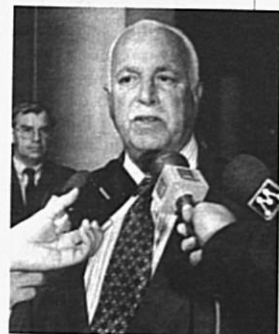
Ainda amanhã, será votado projeto de lei que regulamenta a prestação de serviço temporário na administração pública ou em entidades sem fins lucrativos. A finalidade é impedir que pessoas que prestarem esses serviços possam depois entrar na Justiça reivindicando direitos trabalhistas. Consta ainda da votação de terça projeto de resolução que autoriza o governo federal a tomar empréstimo de US\$ 300 milhões junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento, os quais serão usados no Programa de Restauração e Descentralização de Rodovias Federais.

Outro projeto, a ser votado na sessão de quarta-feira, autoriza o governo federal a criar a Região Administrativa Metropolitana do Distrito Federal e Entorno e a instituir o Fundo Complementar de Desenvolvimento do DF e Entorno. O projeto é de autoria dos senadores José Roberto Arruda (PSDB-DF) e Iris Rezende (no momento ocupando o cargo de ministro da Justiça).

ACM: ritmo do Senado será mantido até o fim

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, disse sexta-feira que caberá ao plenário da Casa decidir se deve retirar, do texto da reforma administrativa, a aposentadoria especial para juízes, que os senadores derrubaram quando da votação da reforma previdenciária. A matéria tem hoje seu primeiro dia de discussão em plenário.

Questionado sobre a possibilidade, aventada por lideranças da Câmara, de condicionar a votação da reforma da Previdência naquela Casa ao resultado da apreciação da reforma administrativa pelo Senado, Antonio Carlos declarou: - Isso é um problema deles. Eu cuido do Senado e eles da Câmara. Eu trabalho pelo Brasil e tenho a certeza de



Antonio Carlos: plenário decidirá

que a Câmara dos Deputados também faz isso, de maneira que não vou mudar o ritmo do trabalho do Senado, em função de nos adaptarmos a um ritmo que não seja o melhor para o país - disse.

CRE aprecia indicações para duas embaixadas

A Comissão de Relações Exteriores, presidida interinamente pelo senador Romeu Tuma (PFL-SP), reúne-se amanhã, às 17h30, para examinar duas mensagens presidenciais submetendo à apreciação do Senado os nomes dos diplomatas Mário Augusto Santos e Carlos Alberto Pessoa Pardellas para os cargos de embaixadores na Ucrânia e na Bulgária, respectivamente.

O relator da indicação para a embaixada do Brasil na Ucrânia é o senador José Agripino (PFL-RN), enquan-



Tuma preside a comissão

to a indicação para a embaixada na Bulgária será relatada pelo senador Humberto Lucena (PMDB-PB).

Serviço informativo 24 horas do Senado Federal

Desenvolvido especialmente para dar suporte às emissoras de rádio e assessorias de comunicação, o Serviço 24 Horas do Senado funciona integrado ao sistema de programação direta gratuita da Telebrás.

Ao ligar para 0800 (61) 4455, você encontra a seguinte programação:

- das 9h às 11h, a Agenda Senado - um resumo diário de todas as atividades legislativas programadas;
- das 11h às 14h30, a edição Amazônia do informativo Senado em Linha Direta;
- das 14h30 às 18h, a edição Nordeste do informativo Senado em Linha Direta, e
- das 18h às 9h do dia seguinte, a edição Nacional do informativo Senado em Linha Direta.

Um dos momentos decisivos do século, segundo o senador, a viagem de João Paulo II sinaliza a transformação por que passa o mundo

Távola considera visita do papa a Cuba um símbolo

O senador Artur da Távola (PSDB-RJ) afirmou sexta-feira, em discurso, que a visita do papa João Paulo II a Cuba é um dos momentos decisivos do século XX, e "símbolo de uma transformação que se opera no mundo desde o fim da Guerra Fria".

- Considero o que cerca o encontro do papa com Fidel Castro símbolo de um novo tempo. Primeiro, um regime fechado que sempre hostilizou a presença da Igreja, porque há uma pregação de conteúdo contrário, abrir-se para ela. Segundo, a presença da Igreja, que embora fechada igualmente e hierárquica em seu plano interno, é aberta, é promotora da idéia da democracia e dos ideais da pluralidade como parte do ser humano - disse.

Para Artur da Távola, quem conhece a política sabe que "lavra por baixo das pregações externas, muitas vezes, a tentativa do encontro de pontos comuns".



Artur da Távola: socialismo vive

- E sei que entre Fidel Castro e a Igreja Católica está se dando, neste momento, uma forma de integração, e essa forma de integração pode, do ponto de vista interno de Cuba, ventilar uma sociedade fechada com a presença da reflexão da espiritualidade, que, no mundo materialista, tanto no socialismo como no capitalismo, é uma das necessidades contemporâneas - frisou.

Ele salientou que essa integração "também pode ajudar para que Cuba deixe de ser um país estrangegado e, ao mesmo tempo, possa se abrir, não

para a derrubada de conquistas importantes de sua Revolução, mas para a organização de um sistema político que não tenha mais que se basear exclusivamente na centralização de poder: sem substituição do poder e sem vida, e possibilidade de pulsação mais profunda de uma sociedade tão rica, tão bonita, tão repleta de cultura, tão cheia de generosidade como a sociedade cubana, que, por sinal, tem na sua formação a mesma natureza da sociedade brasileira e a presença formidável da raça negra".

Artur da Távola fez uma breve análise sobre a Guerra Fria, a Igreja Católica e Cuba, referiu-se à derrocada do socialismo estatal e aos países que resistem - Cuba e China -, disse que o socialismo não está morrendo, mas marcha para uma transformação, e lembrou que os países capitalistas também passam por crises, não tendo resolvido o problema social.

Miranda elogia ação de ministério pelo turismo brasileiro

O empenho do Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo, por meio da Embratur, em favor do desenvolvimento do turismo brasileiro foi destacado pelo senador Gilberto Miranda (PFL-AM), para quem as iniciativas adotadas no setor "têm buscado soluções adequadas para reduzir o déficit há anos apresentado pela indústria do turismo no país".

Para o senador, problemas fundamentais na área do turismo nacional estão sendo enfrentados "de forma eficiente e destemida". Uma das soluções encontradas pela Embratur, em parceria com o Inmetro, conforme acentuou, foi a de dar uma nova classificação aos hotéis, dentro de tendências internacionais, "conferindo maior credibilidade aos usuários em geral".

- Se compararmos a nossa performance com a de outros



Miranda: é preciso esforço

países, havemos de concluir que o caminho a trilhar para o soergimento da indústria do turismo no Brasil é longo e tortuoso, pois depende da superação de uma enorme gama de fatores, de vultosos investimentos na área de infra-estrutura e, afinal, de uma política determinada e permanente, capaz de atrair os turistas externos e de motivar a sociedade brasileira a optar pelo turismo interno - assinalou.

Campos defende novo modelo na agricultura

Ao mesmo tempo em que alertou para a necessidade de se conciliarem as atividades agrícolas e agropecuárias com os princípios universalmente aceitos de respeito ao meio ambiente, o senador Júlio Campos (PFL-MT) defendeu a modernização da agricultura através do chamado Plantio Direto na Palha.

Trata-se, segundo o senador, de um sistema revolucionário de cultivo agrícola e que consiste em aproveitamento dos resíduos vegetais que são deixados na superfície da terra para formação de uma camada protetora necessária à fertilidade do solo.

Júlio Campos explicou que o sistema dispensa o preparo do solo para enterrar os restos de cultura: há injeção de adubo e semente diretamente na camada protetora do solo, aumentando sua fertilidade.

- A terra beneficiada pelo Plantio Direto na Palha não sofre os efeitos negativos de



Campos: abusos no plantio

uma forte exposição solar - salientou.

A preocupação do senador com o desenvolvimento de uma agricultura sustentável dos pontos de vista econômico e ecológico advém, segundo ele, da consciência de que o Brasil tem sido um dos campeões mundiais na prática agrícola de desrespeito ao meio ambiente, no sentido de que se utiliza de queimadas, abuso de pesticidas, herbicidas, de altas dosagens de produtos químicos e defensivos agrícolas.

Projeto visa qualidade de sementes

O senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) apresentou projeto que restringe a comercialização de sementes e cultivares aos insumos produzidos e comercializados por quem se credenciar para obter o Registro Nacional de Sementes e o Registro Nacional de Cultivares, que deverá ser criado no âmbito do Ministério da Agricultura. A proposição dispõe sobre a fiscalização de um setor que movimenta anualmente R\$ 1,5 bilhão.

A proposição vem, segundo o autor, corrigir uma lacuna na legislação brasileira, que não dispõe de regras claras para nortear a atividade agrícola especializada na multiplicação de sementes melhoradas. Sua adoção vai implicar a fiscalização das fases de produção, benefici-



Jonas: controle sobre o comércio

amento, análise, embalagem, armazenagem, transporte, importação e comercialização.

O projeto prevê a criação da Comissão Estadual de Sementes (Cesem) nos estados e Distrito Federal, com a competência de estabelecer normas complementares relativas à produção e comércio do insumo. As sementes

produzidas de acordo com as normas e padrões estabelecidos pelo ministério poderão ser comercializadas com a designação "sementes fiscalizadas" por um prazo de cinco anos.

Caberá ao produtor e ao responsável técnico o controle de qualidade e fazer constar na embalagem ou etiqueta a identificação obrigatória do produto, com especificações estabelecidas em regulamento. Para certificação serão adotadas as categorias de semente genética, básica e certificada; de planta básica e planta matriz e de muda certificada, estabelecidos em regulamento, entre outras exigências, os limites de geração para a multiplicação dessas categorias.

Ação de madeiras asiáticas na região preocupa o senador, que cita reportagem segundo a qual 81% das terras do Amazonas, onde se encontram as melhores madeiras, já estão nas mãos da exploração estrangeira

Lobão apela em defesa da Amazônia

O senador Edison Lobão (PFL-MA) dirigiu sexta-feira apelo aos senadores para que envidem esforços em defesa do meio ambiente e particularmente da Amazônia. "Precisamos fazer barreira contra a devastação criminosa que líquida um patrimônio inestimável que são as florestas brasileiras", disse, alertando para a presença de madeiras estrangeiras na região.

Após salientar que a devastação florestal é uma preocupação em todo o mundo, Lobão afirmou que, se cada indivíduo, intencional ou não, significa uma tragédia para o ecossistema, a derrubada comercial de milhares de me-

tros cúbicos de árvores - sem os projetos de manejo que assegurem a renovação - se traduz em um crime que se perpetra contra o país hospedeiro e contra a humanidade.

O senador citou reportagem do jornal *O Estado de S. Paulo* publicada no último dia 19, sob o título "Madeiras asiáticas expandem ação no Amazonas", na qual se afirma que essas empresas já são proprietárias de 81% das terras situadas em locais privilegiados pelas espécies nobres no sul e sudeste do Amazonas: Juruá, Purus e Madeira.

Edison Lobão se manifestou preocupado com o processo de licitação que será feito para a exploração da Floresta Nacio-

nal do Tapajós. O senador disse, entretanto, estar convencido de que "cuidados especiais" foram adotados para a exploração dessa que será a primeira floresta pública na Amazônia a ser explorada pela iniciativa privada. Ele espera que os critérios estabelecidos sejam os corretos, em especial os que se referem ao controle e à fiscalização da exploração outorgada, já que considera "reduzida a vocação fiscalizadora brasileira".

Ele ressaltou a "correção e eficiência com que se vem conduzindo o governo brasileiro", mas ponderou que o Executivo precisa dar a "devida atenção às deficiências de órgão tão importante quanto o

Ibama, oferecendo-lhe, em caráter até mesmo emergencial, as condições para bem desempenhar o que deve ser a sua missão".

Em aparte, a senadora Marina Silva (PT-AC) congratulou Lobão por dividir com ela e demais senadores sua preocupação em defesa da Amazônia. Ela disse que "os planos de manejo ainda são experiências com as quais devemos ter toda cautela".

Já o senador Lúdio Coelho (PSDB-MS) afirmou que a



Lobão: preocupação com as madeiras

deprecação da Amazônia não é provocada pela retirada de árvores, mas sim pelo fogo que, acidental ou propositalmente, é colocado no mato em épocas de seca.

Marina vai a São José dos Campos conferir números da devastação

A senadora Marina Silva (PT-AC) afirmou sexta-feira que é bem-vinda, ainda que tardia, a publicação dos dados referentes às áreas desmatadas na Amazônia durante os três anos do governo Fernando Henrique Cardoso. Ela anunciou que vai a São José dos Campos, São Paulo, nesta segunda-feira, para acompanhar, junto ao Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), a divulgação desses números.

Embora afirme que não quer "ter ilusões", Marina Silva espera que os índices não sejam "tão drásticos" quanto os levantamentos anunciados durante os governos Collor (desmatamento total de 12.062 quilômetros quadrados) e Itamar Franco (14.896 quilômetros quadrados destruídos).

Segundo informou, a comunidade científica, ONGs e a sociedade estão na expectativa para saber se houve redução acelerada da cobertura

vegetal.

A senadora espera que, ao anunciar os dados, o governo não acene apenas com medidas meramente discursivas para diminuir o impacto: "Não basta jogar para a platéia. É preciso que se tomem medidas adequadas e com a participação da sociedade". Ela defendeu que o Executivo consulte setores ligados à discussão de preservação da biodiversidade amazônica, colocando-se ela mesma à disposição, porque existem "riquezas em abundância - hoje desperdiçadas - que podem gerar a auto-sustentação da região, sem que seja preciso devastar a sua floresta".

- O governo dispensa quase R\$ 5 bilhões para a Zona Franca de Manaus, que não utiliza a matéria-prima local. Com um pouco mais de inteligência e recursos, poderíamos incentivar atividades produtivas no campo da agroindústria, processando a matéria-prima, incorporando mão-de-obra lo-



Marina: medidas discursivas

cal, gerando empregos e tributos - comentou Marina.

A senadora destacou que a maior oposição que o governo federal sofre dentro da Amazônia, entretanto, vem da sua própria base de sustentação, que identifica ações alternativas e como algo contrário aos interesses da região. A adoção de tais medidas - como o aproveitamento da jarina, um marfim vegetal que é o quarto produto de exportação do Equador para a Itália, que o transforma em botões e acessórios femininos - é a solução para quem não pode competir com o Sul e o Sudeste na produção de grãos, ponderou.

Início da colheita faz Odacir exaltar hidrovia

O senador Odacir Soares (PTB-RO) informou sobre o início da colheita de arroz e soja, nesta segunda-feira, no município de Humaitá, no Amazonas, que contará com a presença do ministro da Agricultura, Arlindo Porto. Para o senador, essa atividade agrícola tão importante para a região amazônica só está sendo possível graças à inauguração, em abril do ano passado, da hidrovia Madeira-Amazonas.

Odacir destacou que a hidrovia, que faz parte do programa "Brasil em Ação: Investimentos Básicos para o Desenvolvimento", visa baratear o

escoamento de grãos produzidos na região compreendida entre o Acre, Amazonas, Rondônia e Mato Grosso, assegurando condições de navegação de 1.056 quilômetros, interligando-se com a BR-364 (Cuiabá-Porto Velho).

Ele lembrou que o custo do transporte da soja produzida na Chapada dos Parecís, destinada aos portos de Santos ou de Paranaguá, com destino a Rotterdam, pode chegar a US\$ 110 por tonelada, o que, a seu ver, prejudica a competitividade do produto, apesar do excelente nível de produtividade da soja da Chapada, com 3.000 quilos/hectare. Com o projeto hidrovia Madeira-Amazonas, o custo frete/porto cairá no mínimo US\$ 30 por tonelada, representando uma maior renda líquida ao produtor na comercialização da soja.

Odacir explicou que o projeto prevê o transporte de cargas pela hidrovia Madeira-Amazonas com a implantação de complexos portuários, como o terminal portuário privativo misto de Itacoatiara (AM).



Odacir: êxito devido à hidrovia

CÓDIGO DE TRÂNSITO

Emília: escolas devem educar futuros motoristas

A senadora Emília Fernandes (PDT-RS) conclamou sexta-feira os educadores de todo o país a assumirem a missão de ensinar a seus alunos o Código de Trânsito, sobretudo o dever de respeito pela vida humana. "A educação no trânsito deve estar em todas as disciplinas e deve ser de responsabilidade do corpo docente como um todo", sugeriu a senadora, convencida de que as crianças devem receber essa orientação desde a pré-escola.

Ela pregou uma mobilização do povo e autoridades do Brasil em torno desse código, lastimando que, no início de sua vigência, ainda se registrem tan-

tas infrações à lei nas cidades brasileiras. "É importante que todos somemos vozes ao cumprimento do que foi determinado pelo Congresso Nacional", disse a senadora, lastimando que na tramitação da matéria no Legislativo não tenha havido maior empenho no esclarecimento da população.

Na opinião de Emília Fernandes, o mais importante aspecto da nova lei consiste no seu direcionamento para um povo mais civilizado. "Tenho certeza de que, no momento em que motoristas e transeuntes se adaptarem à nova lei, haverá maior respeito pela pessoa humana", comentou a senadora.

Ela defendeu a aplicação de multas pesadas nesse processo de educação de trânsito, visto que o maior beneficiado será o cidadão.

- Ninguém pense que será mais uma lei que não será cumprida. Temos que apelar para a conscientização das pessoas e não aceitarmos passivamente os números que situam o Brasil como recordista em crimes de trânsito - alertou.

Em aparte, o senador Nabor Júnior (PMDB-AC) afirmou que a matéria tramitou mais de cinco anos no Legislativo, não havendo razão para ninguém alegar seu desconhecimento. O senador Epitácio Cafeteira

Emília: "A educação no trânsito deve estar inserida em todas as disciplinas lecionadas"



(PPB-MA) disse que esse texto veio para salvar vidas e que sua maior inovação está no fato de que faltas antes disciplinadas como infrações passaram a constituir crimes, como o caso

de dirigir alcoolizado. O senador Geraldo Melo (PSDB-RN) destacou que o código encerra regras elementares de educação social, profundamente necessárias no Brasil.



Ernandes Amorim: "O trânsito em Rondônia é uma verdadeira guerra"

Amorim aposta na redução de acidentes

O senador Ernandes Amorim (PPB-RO) manifestou a sua convicção de que o novo Código de Trânsito, que entrou em vigor na última quinta-feira, vai reduzir os índices de acidentes no país, especialmente em Rondônia, onde, como afirma, há uma verdadeira guerra.

Segundo o senador, baseando-se em dados de 1995, em Rondônia ocorreram 3.468 acidentes, sendo 115 fatais. Ele lembra que o Brasil é um triste recordista em acidentes de trânsito, que matam no país anualmente 50 mil pessoas,

quase o mesmo número de soldados que os Estados Unidos perderam em toda a guerra do Vietnã - ou todos os mortos da guerra do Brasil com o Paraguai, durante cinco anos.

Ernandes Amorim elogiou a campanha "Paz no Trânsito" desenvolvida em Brasília, salientando que tal iniciativa deveria ser expandida para todo o país, pois concorda que "Brasília se tornou um exemplo a ser imitado no que diz respeito à formação de uma nova mentalidade sobre a convivência no trânsito".

Caráter pedagógico contribui para melhorar a convivência, diz Nabor

O senador Nabor Júnior (PMDB-AC) ressaltou sexta-feira que o novo Código de Trânsito é pedagógico, não apenas punitivo, qualidade que o torna extremamente valioso no processo de convivência social. Em sua opinião, essa lei veio num momento em que toda a sociedade reclamava medidas mais severas para conter os crimes no trânsito.

- De há muito, a sociedade estava exigindo do Congresso uma reformulação da lei existente - disse o senador, observando que, apesar de o Brasil ser campeão do mundo em acidentes de trânsito, eram quase insignificantes as penalidades aplicadas aos infratores. Ele lembrou o quanto são rigorosas as leis de trânsito nos países desenvolvidos, e enalteceu o fato de que o Brasil começa a induzir os motoristas a um comportamento mais civilizado.

Nabor Júnior afirmou que, no Brasil, "o motorista mata,



Nabor: penalidades eram brandas não presta socorro, vai embora e, pelo antigo código, ainda podia ser inocentado

pela Justiça". Ele se disse preocupado com a precariedade de condições do poder público para a efetiva execução da nova lei, visto ter ouvido em noticiário jornalístico que a polícia rodoviária só daqui a 30 dias começará a cumpri-la integralmente.

O senador também sugeriu que o Ministério da Educação determine a impressão de uma grande quantidade de cartilhas, para serem distribuídas nas escolas.

Leonel avalia que novidade vai reciclar comportamento

O senador Leonel Paiva (PFL-DF) manifestou-se sobre o Código de Trânsito Brasileiro, dizendo que essa nova legislação implicará uma reciclagem do comportamento dos motoristas, pedestres e governos. Para ele, "o assunto não merece questionamentos, mas

divulgação, pois o código nos prepara para menos violência e mais cidadania".

Para Leonel Paiva, no entanto, "é preciso evitar que mais governos e mais autoridades usem a multa como principal instrumento de arrecadação de suas administrações".

Senador qualifica como "injustas e indelicadas" as declarações de Cristovam Buarque, que o teria acusado de interferir junto à equipe econômica para reter repasses de verbas

Arruda rebate governador do DF

O líder do governo no Congresso, senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), rebateu sexta-feira, no plenário do Senado, declarações "injustas e indelicadas" do governador Cristovam Buarque, que o acusou, através de declaração à imprensa, de ter interferido junto a setores da equipe econômica para reter repasses de verbas federais destinadas ao Distrito Federal.

Dizendo-se "perplexo" com a acusação, o senador esclareceu que através de telefonema para o Ministério da Fazenda foi informado de que os repasses já haviam sido liberados e com uma antecipação de 30 dias.

O governador não só recebeu a parcela que, segundo ele, eu teria interferido para que não lhe fosse repassada, mas aplicou-a no sistema financeiro, para posteriormente usá-la em obras e publi-



Arruda: "Continuo trabalhando por Brasília"

dade da sua administração - afirmou Arruda.

Para o senador, as declarações do governador "soam estranhas". Ele disse que tanto Cristovam quanto o secretário da Fazenda do DF já lhe solicitaram, em oportunidades anteriores, ajuda na liberação de outros repasses, ao que ele

atendeu prontamente, recebendo, inclusive, por várias vezes, agradecimentos públicos destas autoridades.

De acordo com Arruda, Cristovam não poderia acusá-lo como o fez, porque a bancada do Distrito Federal, formada por oito deputados e três senadores, abriu mão pelo terceiro ano consecutivo das emendas individuais em nome de uma só emenda consensual, previamente discutida com o governador.

Diante do que considera provas tão claras da sua boa vontade pessoal e política para contribuir com a atual administração do DF, José Roberto Arruda entende que as declarações do governador só podem ser atribuídas a um "desabafo, em um momento em que ele estava se sentindo muito pres-

sionado".

O senador lembrou ainda que já foram levantados mais de R\$ 300 milhões no Orçamento Geral da União e no BNDES para conclusão do sistema do metrô; mais de R\$ 150 milhões do governo federal foram destinados às obras de água e esgoto nas cidades-satélites de Brasília, e mais de R\$ 60 milhões do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) a treinamento de mão-de-obra.

- Em nome da bancada de Brasília e no meu nome pessoal, registro aqui esta minha perplexidade e reafirmo que, da mesma forma com que, desde o primeiro dia do meu mandato até hoje, trabalhei para trazer recursos para Brasília, independentemente de partidos políticos; ainda que isto desagrade a esta ou àquela corrente política, não desviarei de rumo: vou continuar trabalhando pelo interesse de Brasília - frisou.



Leonel: "FHC deu provas do compromisso com pequenos"

Leonel exalta MP que facilita a vida das microempresas

O senador Leonel Paiva (PFL-DF) afirmou sexta-feira que, através de medida provisória editada no último dia 14, o presidente Fernando Henrique Cardoso "deu provas de seu compromisso com os micro e pequenos empresários brasileiros". A partir da MP, a constituição de pequenas e microempresas será desburocratizada, podendo ser instaladas num prazo de 24 horas, ao invés dos 25 a 60 dias exigidos pelas regras atuais, acrescentou.

Ele explicou que o governo extinguiu a exigência de apre-

sentação de certificado de quitação de débito de impostos e contribuições e da certidão de inexistência de condenação criminal contra o micro e pequeno empresário.

Além dessas medidas, Leonel Paiva enfatizou que o governo ainda pretende implantar em todo o território nacional um projeto idealizado pelo governo do Distrito Federal, a Central de Atendimento Empresarial (Fácil), que concentra em um único local todo o atendimento a pequenos e microempresários e funciona desde outubro de 1997.



Lúdio Coelho: "Globalização na área interna"

Lúdio Coelho defende adoção de ICMS único em todos os estados

O senador Lúdio Coelho (PSDB-MS) fez um apelo aos senadores para que cada um, em seu respectivo estado, interceda em favor de uma só alíquota do ICMS para todas as unidades da Federação, a fim de que se evite a situação de caos no abate de gado. Em tempos de globalização, sustentou o senador, "é necessário trabalhar também na globalização da área interna".

Lúdio Coelho relatou as dificuldades das indústrias

frigoríficas de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás, e disse que só em seu estado seis ou mais frigoríficos encerraram suas atividades. O motivo principal do fechamento dessas indústrias, segundo o senador, é a diferença de alíquotas do ICMS.

Conforme Lúdio Coelho, os frigoríficos que estão conseguindo manter-se em atividade aviltam os preços, "com prejuízos enormes para os ruralistas e sem benefícios para a população".

PROGRAMAÇÃO

TV SENADO

7h - Entrevista com o senador Jefferson Péres (PSDB-AM) sobre o projeto de lei complementar que trata do sigilo bancário

8h - Debate com o senador Artur da Távola (PSDB-RJ) e a deputada federal Marta Suplicy (PT-SP) sobre o controle nas programações das televisões

9h30 - Entrevista com o senador Jefferson Péres (PSDB-AM) sobre o projeto de lei complementar que trata do sigilo bancário

10h - Comissão de Assuntos Sociais - reprise da sessão do dia 21/01 - que examinou o projeto de lei que dispõe sobre o serviço voluntário, e o projeto que dispõe sobre o vínculo empregatício entre cooperativas e seus associados

14h30 - Sessão plenária deliberativa (vivo)

Logo após: Comissão de Relações Exteriores - reprise da sessão do dia 20/01 - que examinou acordos internacionais

18h45 - Entrevista com o senador Jefferson Péres (PSDB-AM) sobre o projeto de lei complementar que trata do sigilo bancário

19h30 - Debate com o senador Artur da Távola (PSDB-RJ) e a deputada federal Marta Suplicy (PT-SP) sobre o controle nas programações das televisões

20h30 - Telejornal "Congresso Hoje"

20h40 - "Senado em Pauta"

21h - Sessão plenária (reapresentação)

0h30 - Telejornal "Congresso Hoje"

0h40 - "Senado em Pauta"

1h - Debate com o senador Artur da Távola (PSDB-RJ) e a deputada federal Marta Suplicy (PT-SP) sobre o controle nas programações das televisões

2h - "Jornal da Amazônia"

2h15 - "Senado em Pauta"

2h30 - Sessão plenária (reapresentação)

5h30 - Telejornal "Congresso Hoje"

5h40 - "Senado em Pauta"

Obs.: Durante a programação serão transmitidos flashes de reportagens, instituições, espécies e o programa "Faixa Cidadã"

RÁDIO SENADO

7h30 - "Jornal do Senado" (1ª edição)

7h40 - Música e informação

13h30 - "Jornal do Senado" (2ª edição)

13h45 - Música e informação

14h15 - "Plenário em Revista"

14h30 - Sessão plenária

Em seguida - Música e informação

19h - "A Voz do Brasil"

20h - Música e informação

22h30 - "Jornal do Senado" (3ª edição)

22h45 - Música e informação

0h - Retransmissão da sessão plenária

3h - Música e informação até as 7h30

Projeto de José Ignácio Ferreira pretende garantir direitos dos trabalhadores em caso de falência da empresa. Matéria será analisada primeiro pela CAS

Obrigaçãõ trabalhista pode ter seguro



José Ignácio: direito garantido

Projeto de lei apresentado pelo senador José Ignácio Ferreira (PSDB-ES) torna obrigatório o seguro destinado a cobrir as obrigações trabalhistas em caso de falência ou fechamento de empresas que fazem trabalho temporário, como na construção civil.

Ignácio argumenta que esses trabalhadores nem sempre contam com a garantia de recebimento de

verbas rescisórias, "até porque grande parte deles tem vínculo com empresas em situação financeira precária". Assim, em caso de fechamento ou falência, esses empregados "têm poucas chances de receber alguma coisa", como salários atrasados, aviso prévio, multa sobre FGTS depositado e até o próprio FGTS.

- Não se trata de sacrificar ou onerar um determi-

nado ramo de atividade empresarial, mas de proteger os direitos dos trabalhadores que não podem estar à mercê de alguns empresários aventureiros - assinala o autor do projeto. Para virar lei, o projeto deve passar pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), depois pelo plenário do Senado, seguindo posteriormente para análise e votação dos deputados.



Lauro: "Cesta da construção"

Lauro Campos propõe fundo para financiar casa popular

O senador Lauro Campos (PT-DF) apresentou projeto de lei dispendo sobre o financiamento parcial (60%) de uma cesta básica da construção civil, que consiste num conjunto de materiais mínimos necessários à produção de uma casa de 60 metros de área para famílias com renda de até cinco salários mínimos. O financiamento seria feito através de um Programa de Moradia Básica (Promor), previsto na proposição.

O projeto determina que cada família somente poderá utilizar o financiamento uma única vez. Os recursos para o projeto viriam de um fundo especial constituído de 5% da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins), de dotações orçamentárias, doações de pessoas físicas e jurídicas e aportes de verba de organismos internacionais.

Lauro Campos justificou o projeto alegando que os programas tradicionais de habitação popular não estão ao alcance da grande maioria das famílias de baixa renda. O Sistema Financeiro de Habitação (SFH) não comporta operações de características exclusivamente sociais, com programas de subsídios às camadas mais carentes da sociedade, enfatizou.

Suplicy elogia acordo da Volks com metalúrgicos

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) registrou sexta-feira a importância do acordo coletivo de trabalho firmado entre a Volkswagen e os sindicatos dos metalúrgicos do ABC e de Taubaté na semana passada, cuja íntegra deverá constar dos Anais da Casa.

A seu ver, esse acordo é regido por princípios diferentes dos que fundamentaram o que foi feito pela Força Sindical entre o sindicato dos metalúrgicos de São Paulo e o Sindipeças, que implicou em redução de 10% nos salários e de 20% na jornada de trabalho.

Pelo acordo, nos casos de trabalho adicional, a Volks poderá convocar apenas os empregados necessários; o pagamento da primeira parcela do décimo-terceiro foi transferido de fevereiro para junho e a possibilidade de venda de um terço das férias deixou de vigorar, disse. Além destas, duas outras cláusulas foram fundamentais para assegurar o futuro dos trabalhadores: 12 meses de garantia no empre-

go e, especialmente, "a decisão de se produzir em São Bernardo e Taubaté, a partir do ano 2000, a nova família de automóveis da Volkswagen, o denominado projeto PQ24", frisou.

- Estima-se que as perdas salariais dos trabalhadores devem ser da ordem de 1,2% e virão da diminuição do adicional noturno, que passa de 30 para 25%, e da redução dos valores a serem pagos a título de auxílio-alimentação e transporte -

A experiência alemã, relatada por sindicalistas daquele país, foi fundamental para que o acordo fosse firmado, disse Suplicy

disse.

Outro resultado do acordo foi a criação do Banco de Dias, que se soma ao Banco de Horas, que já existia. Havendo retração de mercado e necessidade de reduzir o volume da produção, os empregados trabalharão quatro dias por semana nas três primeiras semanas do mês e três dias na última semana do mês, sem prejuízo salarial.



Segundo Suplicy, metalúrgicos do ABC não foram prejudicados

Segundo Suplicy, os metalúrgicos do ABC e Taubaté basearam-se na experiência dos sindicalistas alemães, que vieram ao Brasil para relatá-la. Lá, a empresa ameaçava demitir 30 mil dos 105 mil empregados caso não houvesse acordo, que resultou numa redução de 13% do salário e de 20% da jornada de trabalho. Apesar do entendimento, observou o senador, houve perda de 10 mil postos de trabalho.

A lição que pode ser tirada do acordo, na opinião do senador, é a de que "a revisão das normas que regulam as relações de trabalho só será saudável se ocorrer com a participação dos trabalhadores e dos seus sindicatos".

GABEIRA

Suplicy também registrou a importância do diálogo entre o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, e o embaixador dos Estados Unidos no Brasil, Melvin Levisky. Este assegurou que lei daquele país impe-

de a concessão de visto de entrada a participantes de atos terroristas, dá a impossibilidade de o deputado Fernando Gabeira obtê-lo. Conforme o senador, "é preciso considerar que o governo americano permite, sim, o ingresso de pessoas que participaram de lutas armadas". Ele citou a recepção de Clinton ao líder da OLP, Yasser Arafat.

Suplicy considerou, em defesa de Gabeira, que "houve momentos da História do Brasil em que pessoas avaliaram que deveriam derrubar o presidente constitucionalmente eleito, como no governo João Goulart, quando navios americanos deslocaram-se para a costa brasileira, prontos para uma ação armada". No caso do deputado, acrescentou, ele foi anistiado pela Justiça, fez autocrítica de sua participação no seqüestro do embaixador americano Charles Elbrick e, hoje, é um dos maiores defensores das instituições democráticas, com atuação marcante na área dos direitos humanos.